

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

HOMENAGEM A LUÍS REIS TORRAL

VOLUME 29, 2008

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VEGÉCIO E OS SONS DA REFORMA MILITAR ROMANA: POR UM FUTURO CHEIO DE PASSADO!

I.

9 de Agosto de 378, imediações de Adrianopla (actual Edirne, Turquia): ao amanhecer, um exército romano de c.15.000 homens recebe ordens do imperador Valente para levantar o acampamento e iniciar uma marcha em direcção ao local onde se sabia que os bárbaros tinham o arraial instalado. De acordo com uma notícia recebida em Adrianopla e que se revelaria incorrecta, Valente, o imperador romano do Oriente desde 364, acreditava que os Visigodos [Tervingos] podiam ser apanhados de surpresa. Seria, então, o momento ideal para o ajuste de contas que os acontecimentos dos últimos anos tinham tornado praticamente inevitável.

Entre 375 e 376, a chegada progressiva de alguns povos mal conhecidos dos Romanos às proximidades do Império tinha alterado as condições da guerra. Os temíveis Hunos tinham-se aliado aos Alanos e, juntos, haviam vencido os Ostrogodos [Greutungos], instalando-se na Dácia (actual Roménia) e acabando por forçar os Godos a passar para sul do rio Danúbio. Um dos reis dos Visigodos, chamado Fritigerno, uniu-se então a outros compatriotas e formou uma vasta coligação, que lhes permitiu estabelecer-se à força na província romana da Trácia (actual Bulgária-

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura.

-Turquia). Valente teve de tolerar a ocupação e negociar. Afinal, por esta altura, já era relativamente comum a instalação de povos bárbaros dentro das fronteiras do velho Império. Todavia, os oficiais romanos trataram os Godos com hostilidade, sonegando-lhes abastecimentos preciosos, e eles revoltaram-se, desatando a pilhar as províncias romanas da Trácia, da Panónia (actual Hungria), da Macedonia e da Tessália (parte setentrional da actual Grécia). Valente fez o que pôde para reagrupar as suas forças na região, colocando os melhores oficiais nas várias frentes de luta e obtendo resultados desiguais (mas globalmente negativos) nos vários combates então realizados. Depois de pedir auxílio militar ao imperador romano do Ocidente (o seu sobrinho Graciano), decidiu avançar para Constantinopla, o que prenunciava uma grande batalha entre Romanos e Godos⁽¹⁾.

Tendo partido de Constantinopla para Adrianopla, Valente recebeu a notícia que lhe dava conta de que os Visigodos eram poucos (não mais de 10.000 homens armados) e estavam desprevenidos. Valente acalentou então o projecto de precipitar o combate antes mesmo da chegada do importante contingente de reforço prometido por Graciano. Mal sabia o imperador do Oriente que o exército de Fritigerno (cujo contingente exacto se desconhece, mas que deveria ser de 12 a 20 mil homens) se achava reforçado por grupos de outros Godos, de Hunos e de Alanos, desertores do exército romano, e por escravos em fuga.

Os soldados romanos cumpriram as ordens do seu chefe: levantaram o acampamento e, sob um calor sufocante de Verão, iniciaram uma marcha de perto de 17 km, até alcançar a posição do inimigo. Os dois exércitos avistaram-se ao final da manhã ou princípio da tarde, quando os Romanos não tinham ainda comido. Sentindo o perigo, Fritigerno mandou dispor em círculo as suas carroças de transporte (protegendo assim perto de 30.000 pessoas, entre mulheres, crianças e outros não-combatentes) e mandou chamar à pressa a cavalaria que se ausentara do acampamento, em busca de vitualhas e de forragens para os animais. A seguir, para ganhar tempo, entabulou negociações com os Romanos, com o pretexto de querer negociar a paz. Em simultâneo, mandou atear fogo às matas

⁽¹⁾ Sobre a batalha de Adrianopla-378 e respectivo contexto, *vide*: Le Bohec (2006:193-196); e Rodríguez González (2005:213-214). Este último autor sintetiza as conclusões dos estudos mais importantes que foram feitos sobre o combate, de entre os quais se destacam os devidos a Mac Dowall (2001).

dos arredores, provocando um imenso fumo e aumentando o calor e a confusão entre os soldados romanos, torturados pela sede e que suavam a jorros por debaixo dos seus trajos de combate.

De repente, urna carga inadvertida da tropa ligeira avançada romana provocou o início da batalha, com a ala esquerda de Valente ainda por dispor completamente (o exército romano formava sempre a partir da sua direita). Este desequilíbrio, a que se seguiu a chegada da cavalaria bárbara chamada de urgência ao campo de batalha, provocou irregularidades e brechas nas habitualmente coesas fileiras romanas, em especial do lado esquerdo da sua formação. Os Godos penetraram e acabaram por cercar os Romanos, incluindo o seu flanco direito. Os legionários, quase sem espaço para se movimentarem, defendiam-se como podiam. Conta o escritor Amiano Marcelino, contemporâneo da batalha e ele próprio um oficial do exército, que "[...] isto deixou a infantaria desprotegida e tão cerradamente amontoada que um homem dificilmente podia brandir a sua espada ou recuar o seu braço depois de o ter estendido."(2). Nestas condições, as linhas romanas começaram a ser massacradas: "[...] quando todo o terreno era uma poça escura de sangue e eles [os bárbaros] não podiam ver nada senão pilhas de mortos para onde quer que virassem os olhos, saltaram sem escrúpulos por cima dos corpos sem vida"⁽³⁾. Valente ainda tentou apelar às tropas que tinha deixado de reserva (uma prática bem romana e, geralmente, decisiva), mas quem as procurou (o *magister equitum* Victor, um Sárмата) trouxe como notícia que elas já tinham abandonado o campo de batalha... Gorada a última cartada, desvaneceu-se a esperança para os Romanos, "que estavam enfraquecidos pela fome, ressequidos pela sede e esmagados pelo peso das suas armaduras. Por fim, a nossa linha cedeu debaixo da tremenda pressão dos bárbaros e, como último recurso, os nossos homens deram aos calcanhares num *sauve qui peut* generalizado"⁽⁴⁾.

Cerca de dois terços do exército romano - entre mortos, feridos e prisioneiros - foi aniquilado na batalha de Adrianopla, em 378.0 próprio

(2) Vide Ammianus Marcellinus, *The Later Roman Empire (AD354-378)*. Selected and Translated by Walter Hamilton, with an Introduction and Notes by Andrew Wallace-Hadrill. Penguin Books, 1986 (Livro 31,13, p. 435). Tradução portuguesa da nossa responsabilidade.

(3) *Idem, ibidem*, pp. 435-436.

(4) *Idem, ibidem*, p. 436.

Valente pereceu no combate (em condições algo obscuras, pois o corpo nunca foi encontrado) e com ele alguns dos oficiais mais importantes (como o *magister peditum* Sebastião), para além de mais de 30 tribunos. Os números são tão esmagadores que Amiano Marcelino (decerto pensando na proporção de baixas) conclui que "nenhuma batalha na nossa história, excepto Canas [contra Aníbal Barca, em 216 a.C., durante as Guerras Púnicas], constituiu um massacre tão grande, apesar de por mais do que uma vez os Romanos terem sido os joguetes da Fortuna e terem sofrido revezes temporários, com muitas lutas desastrosas a serem recordadas com mágoa nas lendárias sagas da Grécia"⁽⁵⁾.

Hoje, a tendência entre os historiadores é para mitigar o significado da batalha de Adrianopla, retirando amplitude ao épico relato de Marcelino. Mas é inegável que o imperador romano do Oriente morreu neste combate e que o seu desastre provocou uma retomada das hostilidades com os Persas, levando ao abandono da Arménia e da Ibéria do Oriente (situada nas margens do Mar Negro, na actual Georgia). Além disso, a batalha de Adrianopla, se não foi um momento-chave no declínio de Roma, foi de certeza um dos combates mais importantes da história do Baixo Império, tornando irreversível o movimento de penetração dos Godos e dos seus temíveis aliados. Talvez Gibbon tivesse razão quando (em 1776-88) defendeu que as "grandes invasões" - um processo lento e progressivo - só principiaram realmente a partir de 378⁽⁶⁾.

Acresce que - e isso é, para o texto que aqui apresentamos, o fundamental - a batalha de Adrianopla marcou profundamente as mentalidades colectivas e prenunciou mudanças importantes na atitude dos Romanos face aos seus inimigos bárbaros e à política de alianças conjunturais que com eles estava a ser tão frequentemente estabelecida, com reflexos muito sensíveis ao nível da própria máquina militar romana. Em síntese, depois de Adrianopla, nada ficou como dantes. Desde logo, pelo desalento que se apoderou dos líderes romanos, pela perda de auto-estima que a morte em combate do seu imperador e a destruição de dois terços de um exército imperial provocou entre os chefes militares. Que fazer perante tão humilhante desastre? Parafraseando R. Goscinnny e A. Uderzo: Estamos no ano 378 depois de Cristo. Todo o Império Romano está desalentado

⁽⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 437.

⁽⁶⁾ E. Gibbon citado por Le Bohec (2006: 198).

pelos ataques bem sucedidos dos bárbaros... Todo? Não! Um cortesão, habitado por um irredutível espírito combativo, resiste ainda e sempre à decadência. E a vida não será fácil para as guarnições de bárbaros dos acampamentos nômadas espalhados pelo interior do Império...

II

Esse homem, esse cortesão, chamou-se Vegécio. Desafortunadamente, sabemos muito pouco sobre ele, quase só o que ele nos permite deduzir dos seus dois livros. O primeiro, um tratado de veterinária, intitulado *Digesta Artis Mulomedicinae*, obra que lhe é vulgarmente atribuída com boas razões e que revela um profundo conhecimento de paragens longínquas do Império, resultado das grandes viagens que o haviam levado a visitar os cavalos dos Hunos e a criação de equídeos que florescia nas regiões da Gália e da Hispânia (Milner, 1996: XXXI-XXXII). O outro, um tratado de arte militar, chamado *Epitoma rei militaris* (ou *De re militari*), escrito nos finais do séc. IV ou nos inícios da centúria seguinte e que - decerto para além das melhores expectativas do seu autor - estava destinado a ser um verdadeiro "best-seller" em todo o Ocidente europeu até, pelo menos, o ano de 1500 (Allmand, 1998: 32)!

A análise dos editores e dos especialistas (Reeve, 2004: VI-VII; Richardot, 1998: 7-11; Milner, 1996: XXXII-XXXVI) permitiu estabelecer um consenso generalizado quanto ao nome do nosso cortesão: Públio Vegécio Renato ou Públio Flávio Vegécio Renato. Sim, porque desde 324 que os altos funcionários e oficiais do Império tinham direito ao gentílico "Flavius", segundo uma deliberação tomada por Constantino I após a sua vitória sobre o rival Licínio na batalha naval de Crisópolis. O uso daquele prefixo honorífico salienta desde logo Vegécio como um destacado servidor da corte imperial, ao mesmo tempo que o *cognomen* "Renatus" (o "recém-nascido" ou "aquele que nasce de novo") o denuncia como sendo cristão. Mas há mais: logo na abertura do *Epitoma*, Vegécio apresenta-se - de acordo com a tradição manuscrita medieval - como um "vir illustris" e "comes". Uma família de manuscritos chama-lhe mesmo "comes sacrum", o que tem sido entendido como uma possível corrupção de "sacrarum largitionum" (conde das sagradas liberalidades) ou, mais provável ainda, e segundo W. Goffart (1989:69-70), de "sacri stabuli"

(conde do sagrado estábulo, o que se compagina bem com a sua condição de especialista em doenças de cavalos e de gado).

O nosso Vegécio era pois um homem que conhecia bem o Império Romano (pelo menos a parte oeste) e o mundo bárbaro do Ocidente e que, apesar de declarar não ter uma experiência concreta da guerra, estava por dentro dos mecanismos de contratação, remuneração e abastecimento das tropas romanas. O porte do *gentilicium* "Vegécio" permitiu também aos especialistas relacioná-lo com as regiões celtizadas do Império e em especial com a Hispânia (região de criação de cavalos, onde tinha decorrido o exílio de um dos seus heróis, Sertorio, e de onde era também originário o imperador Teodósio, a quem, como veremos, o *Epitoma* parece ser dedicado). Provavelmente, Vegécio proviria "de uma longa linha de pequena nobreza municipal, possuidora de terras na Gália ou na Espanha provinciais, a qual tinha ascendido ao estatuto senatorial" (Milner, 1996: XXXIII; e Russell, 1997: 52). Homem culto, versátil, com experiência na alta finança e um pensamento analítico repleto de bom-senso e embebido na leitura de clássicos latinos como Virgílio ou Salústio, Vegécio parece ter sido um excelente representante do mundo da aristocracia senatorial ortodoxa ocidental do séc. IV tardio (Allmand, 1998: 32). Revela, além disso, um gosto peculiar pelos temas médicos, o que permite supor que teria também alguma preparação nesta área, obtida de um modo formal ou como simples auto-didacta (Milner, 1996: XXXVII).

O *Epitoma rei militaris* foi certamente escrito entre 383 (data da morte do imperador Graciano, referido no Livro I, cap. XX) e 450, altura em que uma cópia da obra foi corrigida em Constantinopla por um editor de nome Flávio Eutrópio, cuja assinatura (acompanhada de detalhes sobre o local e a data da operação) sobreviveriam numa família de manuscritos (Lester, 1988: 9). No entanto, supomos que é razoável propor uma datação mais restrita, coincidindo, grosso modo, com a década de 380. Parece-nos altamente provável que o tratado de Vegécio tenha sido dedicado ao imperador Teodósio I (379-95). Este é, aliás, o único nome de imperador que, segundo Michael Reeve (a quem se deve a mais recente e melhor edição crítica de sempre do tratado), surge nos manuscritos mais autorizados do *Epitoma*, ainda que se deva reconhecer que o padrão irregular da sua distribuição sugira poder tratar-se de uma conjectura (Reeve, 2004: VIII-IX). A questão tem sido debatida por muitos investigadores e, embora se tenha proposto também que o destinatário

do tratado de Vegécio poderia ser o imperador Valentiniano II (375-392), ou Honório (392-423), ou mesmo Valentiniano III (425-455), existe hoje um certo consenso em torno da probabilidade de se tratar de Teodósio I, o homem que assumiu o poder na parte oriental do Império justamente na sequência da morte do imperador Valente na batalha de Adrianopla (Russell, 1997: 51; Richardot, 1998:11; Reeve, 2004: IX-X). Foi sobretudo um investigador e tradutor inglês de Vegécio, de nome N. R. Milner (1996: XL-XLI), quem reuniu o maior número de argumentos a favor desta hipótese, os quais podemos sintetizar deste modo:

- i) o período cronológico é o correcto, por diversas razões: a) Vegécio refere (indirectamente) a batalha de Adrianopla-378⁽⁷⁾, mas não o saque de Roma, em 410; b) Roma surge três vezes citada (Livro IV: Prólogo e caps. IX e XXVI) como exemplo de cidade inviolável, o que não faria sentido em data posterior a 410; c) os Vândalos, que invadiram a Gália com os Alanos e os Suevos na célebre noite de 31 de Dezembro de 406, não são ainda nomeados por Vegécio; d) o tratadista chama aos Hunos e aos Alanos uma "nação" (Livro III, Epílogo), mas eles separaram-se em 406, quando os Alanos se juntaram aos Vândalos, tendo os Hunos permanecido na Panónia até 427; e) na altura em que Vegécio escreveu, tudo indica que não existia ainda guerra naval, mas dificilmente isso sucederia em data posterior a 419, momento em que os Vândalos adquiriram capacidade para a praticar;
- ii) no tempo de Teodósio I ainda era normal proceder-se ao recrutamento de *coloni* (camponeses) para o exército (Livro I, cap. VII), uma prática banida em inícios do séc. V;
- iii) os jogos de gladiadores (Livro I, cap. XI) não suscitam a crítica de Vegécio, mas é sabido que o imperador Honório encerrou essas escolas temporariamente, em 399, e que este divertimento estava moribundo desde 410, mesmo em Roma;

⁽⁷⁾ De facto, no terceiro parágrafo do cap. XI do Livro III do *Epitoma*, Vegécio alude ao risco que existe em conduzir homens esgotados por uma longa marcha à linha de batalha, referindo que "[...] no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos" (trad. de J. G. Monteiro e J. E. Braga, 2009, no prelo). Ora, isto foi o que vimos ter sucedido em Adrianopla, em 378!

- iv) Ravena era a sede da velha frota oriental augustana (Livro IV, cap. XXXI), mas Vegécio não refere que esta cidade foi feita capital do Império Romano do Ocidente (a partir de 401-402);
- v) argumentos complementares: a) a referência a Graciano⁽⁸⁾ é demasiado ofensiva para ser dirigida ao seu meio-irmão, o imperador Valentiniano II, mas já é admissível no caso de Teodósio, que era um parente afastado e tardio de Graciano; b) a decisão sobre o cálculo da data de Páscoa a que se refere Vegécio (Livro IV, cap. XXXV) pode ser relacionada com a reforma teológica levada a cabo por Teodósio em 387-388; c) Vegécio (Livro IV, Prólogo) admira o programa de fundação de cidades do imperador a quem dedica o tratado; ora, é sabido que Teodósio foi o responsável por muitas iniciativas deste género; d) Teodósio é o único imperador cujo interesse pela história da República romana está bem documentado e relativamente ao qual existe a convicção de que teria apreciado a leitura do *Epitoma rei militaris*.

Em síntese, é possível que a obra tenha sido escrita na ressaca da derrota de Adrianopla, sendo dedicada a Teodósio I por um alto funcionário desejoso de convencer o imperador a retomar as práticas militares do passado, as quais tinham permitido a Roma ter o mundo a seus pés. É certo que Teodósio I era um imperador oriental e Vegécio um autor ocidental, mas convém não perder de vista que Teodósio I foi, a partir de 383, *senior Augustus* (até à data da sua morte, em 395) e que após a sua vitória sobre Máximo, em 388, esteve durante três anos em Milão, onde Vegécio o poderá ter conhecido e servido, aproveitando então para lhe dedicar o seu tratado (Milner, 1996: XLI).

Resistindo à derrota e ao desalento, Vegécio terá, portanto, desejado incentivar um dos imperadores romanos a encetar com urgência as reformas militares necessárias para inverter o rumo dos acontecimentos e limpar o bom nome dos exércitos de Roma. Ele acreditava na doutrina militar básica que diz que as vitórias são o resultado de um treino

⁽⁸⁾ Livro I, cap. XX: "[...] desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo" (trad. de J. G. Monteiro e J. E. Braga, 2009, no prelo).

intensivo e de uma preparação adequada, assim como do conhecimento e aproveitamento inteligente das experiências marciais do passado (romano e de todos os outros povos com tradição nesta matéria: Espartanos, Atenienses, Macedonios, Cartagineses, etc.). O nosso Vegécio acreditava na cultura escrita, no valor dos livros, na transmissão dos ensinamentos através da escrita. E confiava também no sucesso da organização, da disciplina e do respeito pelos comandantes. Ao mesmo tempo, desprezava a progressiva barbarização do exército romano e defendia, com veemência, o regresso a um exército de cidadãos, bem seleccionados e altamente exercitados: eles eram, sem sombra de dúvida, muito mais baratos e, sobretudo, muito mais fiáveis do que os Godos ou os Francos que, no séc. IV, enchiam já as fileiras de muitas unidades romanas, assumindo mesmo alguns dos principais postos de comando, como p.ex. o de "mestre das milícias" (pensemos em Estilício, em Gaina, em Fravita, em Alarico e em tantos outros).

Deste modo, o *Epitoma* foi construído como um manual. Tudo indica - é o próprio Vegécio quem o confessa, no Prólogo do seu Livro II - que o autor começou por compor um primeiro Livro, essencialmente dedicado ao problema da selecção e do treino dos recrutas (ainda que incluía também alguns princípios gerais sobre a construção e a fortificação dos acampamentos). Tendo essa primeira parte sido bem acolhida na corte (ou não fosse ele um "Flávio" experiente, culto e viajado), foi o autor encorajado pelo próprio imperador a completar o seu trabalho, escrevendo sobre os restantes assuntos que considerava importantes para se conseguir uma boa reforma do exército. Assim terão nascido os restantes três livros:

- o Livro II, que comporta 25 capítulos e que se ocupa da organização interna da legião antiga (diferença entre legião e tropas auxiliares, composição de uma legião, títulos e graus dos oficiais, cargos, promoções, insígnias e outros sinais de comunicação interna, ferramentas e máquinas, etc.);
- o Livro III, que tem um carácter mais "prático" e que, por isso, ao longo dos seus 26 breves capítulos, se dedica à análise de temas como a marcha dos exércitos, a travessia dos rios, a disposição dos acampamentos, os preparativos para a batalha campal, a ordenação da linha de batalha e suas variantes tácticas, a utilização de reservas, as retiradas, as perseguições, as formas de enfrentar dispositivos inimigos menos usuais (p.ex., quadrigas falcadas ou elefantes),

os cuidados a ter em caso de debandada do nosso exército, etc. Este terceiro Livro, bastante mais "animado", remata com um capítulo (o mais célebre de todo o tratado) intitulado "Regras gerais da guerra" onde Vegécio sintetiza, em 32 máximas muito incisivas, os princípios estratégicos e táticos essenciais a uma condução bem sucedida da guerra;

- finalmente, o Livro IV, organizado em 46 capítulos e onde o tratadista aborda dois temas completamente distintos: nos primeiros 30 capítulos, Vegécio trata da poliorcética, i.e. do cerco de fortalezas e praças-fortes (incluindo recomendações sobre a construção de muralhas e torres, conselhos sobre o abastecimento em vitualhas e em munições, e descrições de máquinas de cerco e de dispositivos utilizados pelos sitiados na respectiva neutralização); já nos últimos 16 capítulos, Vegécio ocupa-se da guerra naval: preceitos do combate na água, títulos dos oficiais, tipos e construção de navios, indicações sobre ventos e marés, género de armas usadas a bordo, e procedimentos a ter para armar ciladas e para travar combate aberto no mar.

Definida a arquitectura, vale a pena observar a engenharia utilizada por Vegécio para erguer as paredes do seu edifício. Muitos autores têm defendido que o compêndio (*epitoma* quer dizer isso mesmo) de Vegécio é um exercício de "cola e tesoura", praticado sobre um conjunto restrito de fontes militares romanas da República e do Alto Império (Russell, 1997: 52). Em parte, é verdade. Vegécio não tem a intenção de criar uma obra original, mas mais a de seleccionar entre os maiores tratadistas militares do passado a informação que considera relevante para o preenchimento das lacunas evidenciadas pelo exército romano dos finais do séc. IV - de modo a que catástrofes como a de Adrianopla não se voltassem a repetir (Milner, 1996: XXIX). No entanto, convém esclarecer que Vegécio não distribui as suas fontes ao acaso: ele organiza-as, adapta-as, alarga-as, completa-as, por vezes manipula-as, de modo a conseguir desenhar um mosaico relativamente coerente e fiel aos seus interesses das matérias que pretendia recordar ao imperador. No final, talvez não o possamos aprovar com distinção e "exactidão académica" (Milner, 1996: XXV), pois há, como seria inevitável, muitas repetições, algumas contradições e um 'quanto baste' de opacidade em alguns trechos (sobretudo nos relativos à composição interna da legião, no Livro II, e à formação da linha de batalha, no Livro III). Mas temos de reconhecer que o esquema

genérico foi desenhado de uma forma inteligente e que o efeito final não desmerece os elevados propósitos do seu autor, nem fica a perder quando comparado com o resultado dos trabalhos de outros autores de corte coevos (como, p.ex., Victor ou Eutrópio) "que combinavam a escrita literária com a vida pública de atarefados homens de negócios" (Milner, 1996: XXV-XXVI)

Vegécio serviu-se sobretudo de duas fontes: Catão-o-Antigo (232-149 a.C.), autor de um desaparecido *De re militari* e um velho combatente das guerras contra Aníbal Barca e contra Antíoco III da Síria, questor de Cipião Africano, embaixador romano na Grécia e um grande defensor da cultura e da tradição romanas; e Sexto Júlio Frontino (c.35-103 d.C.), que foi pretor, cônsul e governador militar da Bretanha em meados dos anos 70 d.C., tendo escrito um tratado intitulado também *De re militari* (infelizmente perdido) e uma célebre compilação de estratégias militares antigas chamada *Strategemata*. Muito provavelmente, e tal como supõe Milner (1996: XIX), Vegécio não acedeu ao texto original do tratado de Catão, de cujo conteúdo deve ter tido conhecimento através da mediação de Frontino, que por sua vez o poderá ter conhecido via Aulo Cornélio Celso (inícios do séc. I d.C., autor que escreve durante o principado de Tibério, i.e. entre Catão e Frontino). De acordo com a informação que nos dá o próprio Vegécio (Livro I, cap. VIII), o alimento principal da sua obra foi garantido pelos escritos de Catão, de Celso, de Frontino, de Paterno e também pelas constituições dos imperadores Octávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.), Trajano (98-117 d.C.) e Adriano (117-138 d.C.). Segundo se pensa sobre estas constituições, Vegécio só deveria estar a par de alguns regulamentos militares através da mediação de Públio Tarutieno Paterno, um escritor antonino que foi prefeito do pretório sob os imperadores Marco Aurélio e Cómodo, durante a 2.^a metade do séc. II d.C.. É também considerado possível - ainda que Vegécio a isso se não refira - que o autor do *Epitoma* tenha recolhido da mediação de Frontino outros benefícios, designadamente algum conhecimento da obra do estrategista Onesandro, um filósofo grego que escreveu em Roma em meados do séc. I d.C. e que foi autor de um célebre *Strategikos*; pelo menos Milner (1996: XXII-XXIII) considera que os Livros III e IV do *Epitoma* têm muito de sabedoria militar grega (tanto no que diz respeito à tática terrestre como à guerra naval) e recorda que o *Strategemata* de Frontino (obra que chegou até aos nossos dias) cobre a história militar não apenas grega, mas também romana... Por fim, é muito natural que entre as fontes

com que Vegécio montou o seu compêndio se contassem também peças menos antigas, como p.ex. regulamentos militares correntes, ou graduações de serviço militar e civil próprias do Baixo Império, entre outras. E, na parte derradeira do tratado, nos tais 16 capítulos dedicados à guerra naval (tão paradoxalmente misturados, no Livro IV, com os primeiros 30, alusivos à guerra de cerco, que muitos editores optaram por os separar, organizando o *Epitoma* em cinco Livros em vez de quatro), Vegécio terá provavelmente utilizado a obra de Marco Terêncio Varrão, um autor polígrafo da 1.^a metade do séc. I a.C., cujos livros náuticos se perderam na voragem dos tempos sendo apenas (mal) conhecidos por fragmentos que sobreviveram em trabalhos de Plínio, de S. Isidoro de Sevilha e de outros autores (Milner, 1996: XXIII-XXIV).

Certo é que, no final de tudo, Vegécio não terá escrito uma verdadeira "arte da guerra" - no sentido de um livro que toca todos os aspectos tradicionais da arte militar, do recrutamento à tática de combate, passando pelo armamento, pela logística, pela estratégia, etc. O seu tratado é uma obra selectiva. Ele destacou apenas as matérias que considerava carentes de reforma e optou por nem sequer abordar alguns temas que eram bem conhecidos no seu tempo, como p.ex. a importância da cavalaria ou a acção dos barcos de patrulha que circulavam pelos grandes mares e rios do Império. Tal como refere Allmand (1998: 31), o *Epitoma* deve ser visto mais como "uma tentativa, por parte de um reformista, de imprimir uma melhoria ao exército do ano Quatrocentos". Mas, ainda assim, Vegécio assinou uma obra de grande interesse e utilidade para o seu tempo (e não só), uma obra onde "ardia o desejo de reduzir e desvalorizar o papel de todas as forças étnicas não romanas" (Milner, 1996: XXIX), ou seja, a intenção de purgar a influência bárbara no exército romano e de, em contrapartida, recuperar o melhor das velhas tradições marciais do passado, de acordo com cinco ideias-chave:

- i) recrutamento militar muito cuidadoso, centrado em cidadãos romanos cujas capacidades físicas (profissões habituadas à vida dura ao ar livre e à convivência com o ferro e com o sangue) e até culturais (saber minimamente ler, escrever, contar) fossem bem testadas por oficiais dedicados, competentes e incorruptos;
- ii) treino regular intensivo (mesmo em tempo de paz, para combater o ócio e o relaxamento do corpo e do espírito) e muito variado (marcha, corrida, natação, equitação, manejo de armas mais pesadas do que as reais, arremesso de dardos, etc.);

- iii) disciplina férrea (no sentido de obediência aos comandantes e de cumprimento organizado e hierarquizado de todas as tarefas e missões, desde a montagem e limpeza dos acampamentos às colunas de marcha, passando pelo posicionamento na linha de batalha em conformidade com as indicações dos sinais mudos e sonoros);
- iv) bom conhecimento, por parte de comandantes escolhidos em função da sua experiência e capacidade, de todos os preceitos táticos que podiam conduzir à vitória (quer numa emboscada oportuna, quer numa batalha campal, quer numa operação de cerco de uma cidade ou praça-forte) e de todos os princípios psicológicos e morais que pudessem assegurar uma boa gestão dos recursos humanos e a criação de um clima de confiança capaz de garantir o sucesso na hora da verdade;
- v) boa e atempada gestão dos abastecimento, tanto nos acampamentos de marcha como nos permanentes, de acordo com a velha ideia (que recorda Sun Tzu e outros velhos teóricos da guerra) de que a melhor de todas as vitórias é aquela em que se derrota o inimigo pela fome e não pelo ferro (*i.e.*, sem os riscos desnecessários e incontroláveis que uma batalha sempre acarreta e também sem perdas humanas e materiais): *vide* Livro III, cap. XXVI....

Tal era o ímpeto reformista do nosso cortesão Flávio Vegécio Renato, eventualmente no *day after* de Adrianopla. O que ele não sabia é que, ao libertá-lo, estava a produzir "a abordagem mais sistemática que sobreviveu desde a Antiguidade de um tema que suscitou o interesse prático e educativo até muito depois da chegada do poder da pólvora ao Ocidente: a arte militar romana" (Reeve, 2004: V)!

III.

A extraordinária popularidade do *Epitoma rei militaris* até aos finais da Idade Média, e mesmo para além dela, é fácil de comprovar. Segundo Michael Reeve (2000: 251; 2004: XV) apurou, eleva-se actualmente a 226 o número de manuscritos latinos contendo o texto integral do tratado de Vegécio, o mais antigo dos quais datando do séc. IX. Se considerarmos também os manuscritos parciais (contendo excertos do *Epitoma*) e as traduções para língua vernácula, alcançaremos um número de 320 a 330 manuscritos, com datas compreendidas entre os sécs. VII e

XIX (Schrader, 1979: 280-305; Allmand, 1998: 32). Cerca de 94% desses manuscritos são anteriores a 1500 (Richardot, 1998:19).

Podemos acrescentar que a noticia mais antiga de circulação do *Epitoma* vem de Constantinopla e corresponde à já citada *subscriptio* de Flávio Eutropio, datada de 450. A partir daí, cessam as edições de Vegécio no mundo bizantino. Aliás, até ao séc. VII, não há mais testemunhos materiais do *Epitoma*. Este é o período mais baixo de circulação do tratado. Com o Renascimento Carolíngio houve lugar a uma revitalização da obra, o que também ajuda a explicar que durante a Alta Idade Média as principais redes de difusão do compêndio estejam situadas em França, na Itália e na Suíça. No séc. XII, a circulação acelera-se e dá-se início à "tradição política" do *Epitoma*, resultado da larga utilização que dele foi feita por João de Salisbúria na obra *Policraticus* (1159). Devido ao estreitamento dos contactos culturais e políticos entre a França e a Inglaterra (conquista normanda, dinastia angevina, afirmação da língua anglo-normanda entre as elites), nos sécs. XII e XIII existe um claro domínio franco-britânico na divulgação de Vegécio. Surgem também cópias em Itália e inicia-se um declínio da popularidade do tratado na Suíça e na Alemanha. Como concluiu Philippe Richardot (1998: 22-25), a difusão do *Epitoma* acompanhava a deslocação dos centros de poder.

Na 2.^a metade do séc. XIII começou a era da tradução de Vegécio. Primeiro em anglo-normando: em 1271-1272, por "Maître Richard", médico na corte inglesa, tradução feita em S. João de Acre e dedicada ao futuro Eduardo I de Inglaterra. Seguidamente em francês: por Jean de Meun, em 1284 (a mais célebre de todas, feita por encomenda de João de Brienne, descendente de uma família de Cruzados), depois por Jean Priorat (em 1286-1290, em verso), por Jean de Vignay (cavaleiro do Hospital, em 1320) e por Philippe de Vitry, secretário de Filipe-o-Belo (c.1335, tradução informal e parcelar, em verso). A terceira língua vernácula a conhecer Vegécio foi o italiano: tradução em dialecto toscano, da autoria do florentino Bruno Giamboni (feita em 1286 e inspirada na versão francesa de Jean de Meun). Só muito mais tarde surgiram as traduções do *Epitoma* em inglês, devido ao facto de o francês ter sido lido na ilha até muito tarde: a primeira versão surge em 1408, por mão anónima, sendo dedicada a Thomas IV de Berkeley, protagonista de uma impressionante carreira militar; meio século mais tarde, surgiria uma paráfrase inglesa versificada, da autoria de um padre de Calais chamado Robert Parker. Na Alemanha, as traduções de Vegécio aparecem ainda

mais tarde: so em 1470-72, pela mão de um humanista de Ulm, de nome Ludwig Hohenwang von Tal Elchingen. Na Península Ibérica, a tradução vernácula mais precoce do *Epitoma* parece ter sido feita em castelhano, devendo-se a um dominicano de Salamanca contratado como pregador na corte de Henrique III (1390-1406): Frei Alonso de San Cristóbal; trata-se de uma curiosa tradução, acompanhada de algumas "glosas espirituais" e de comentários pessoais do tradutor. Pouco depois, foi feita uma tradução do *Epitoma* para catalão, devida a En Jaume Castellà. Ao todo, cerca de 80 traduções, em sete línguas diferentes (ou até mais, se considerarmos o judaico-alemão), entre finais do séc. XIII e o séc. XV, perto de metade das quais em francês. Embora tal não possa ser materialmente comprovado, é provável que tenha sido feita também, no 2.º quartel do séc. XV, uma tradução portuguesa do *Epitoma rei militaris*, da responsabilidade do infante D. Pedro, duque de Coimbra⁽⁹⁾. Neste panorama geral, sublinhe-se a raridade da circulação do *Epitoma* fora do Ocidente latino medieval: apenas um manuscrito originário de Praga (do séc. XV), dois manuscritos suecos (também do séc. XV, muito possivelmente aquisições modernas feitas no estrangeiro) e ainda uma cópia do *Epitoma* contendo apenas extractos da obra, feita em 1440 na ilha de Rodes, o bastião avançado da Cristandade (Richardot, 1998: 25-27).

Outra forma de evidenciar a popularidade da obra de Vegécio é contabilizar o número de manuscritos do *Epitoma* com data anterior a 1300 e compará-lo com o de vários grandes autores clássicos. O resultado é tremendamente expressivo: até essa data, Vegécio (58 manuscritos) é o autor mais copiado de todos, a seguir a Cícero (600), a Ovídio (305) e a Virgílio (223). Supera Plínio-o-Antigo (52 manuscritos), Júlio César (41), Tito Livio (41), Valério Máximo (41), Vitrúvio (28), Frontino (9), Columela (7) e tantos outros (Richardot, 1998: 191-193)! Esta contabilidade revela

⁽⁹⁾ Sobre as traduções vernáculas do *Epitoma rei militaris*, vide Richardot (1998: 37-66); para o caso particular das traduções inglesas, vide também Lester (1988: *passim*) e Allmand (1998: *passim*); sobre a tradução castelhana, vide Russell (1997: *passim*). No que toca à provável tradução portuguesa, que Rui de Pina atribui ao infante D. Pedro (informação que João de Barros, no séc. XVI, e Diogo Barbosa Machado, no séc. XVIII, confirmam), vide a magnífica síntese de Russell (2001: *passim*), que retomaremos em Monteiro 2009 (no prelo); e também as pertinentes observações de Maria Helena da Rocha Pereira (1981: esp. 315-317) e o valioso estudo de Aires A. Nascimento (1993) sobre as livrarias dos Príncipes de Avis.

também que Vegécio é o autor *técnico* mais divulgado, à frente de Vitrúvio (arquitetura) e de Columela (agricultura).

Convém igualmente destacar a existência de muitos manuscritos "mistos". Ou seja, o tratado de Vegécio aparece muitas vezes (íamos dizer "quase sempre") associado a outros textos, ajudando a compor recolhas humanistas próprias da Idade Média, ou "sumas" temáticas (p.ex., de imperadores romanos) ou até pequenas antologias da guerra (p.ex., surgindo encadernado a par de Frontino, de Raimundo Lulo, de Cristina de Pisano, ou mesmo do Livro I dos *Macabeus*). Não devemos também perder de vista que muitos manuscritos apresentam apenas excertos ou resumos do *Epitoma*, já que a muitos leitores só interessaria uma parte daquilo que Vegécio escreveu. Indiscutível, nestas escolhas, é a grande atenção que foi dedicada às "Regras gerais da guerra" (Livro III, cap. XXVI). Ao que se sabe, as traduções do *Epitoma* foram muito aproveitadas para resumos (Richardot, 1998: 29-37).

Igualmente reveladoras se nos afiguram as listas de proprietários de manuscritos do *Epitoma*. Richardot (*ibidem*: 44-54) ocupou-se da matéria e começou por detectar que, no período carolíngio, o episcopado franco - preocupado com as divisões políticas ocorridas após a morte de Carlos Magno (814) e com os novos invasores do Império (Sarracenos, Vikings, Húngaros, Eslavos) - estimulou os príncipes e os seus grandes vassalos a prestar atenção ao tratado de Vegécio. Por exemplo, cerca do ano 830, Fréculfe, bispo de Lisieux e autor de uma crónica universal, ofereceu um exemplar corrigido do *Epitoma* à imperatriz Judite, destinado à instrução do futuro rei Carlos-o-Calvo. Pelo seu lado, Rábano Mauro (780-856, abade de Fulda e, mais tarde, arcebispo de Mayence) compôs para Lotário II um resumo do *Epitoma*. Também Évrard, conde de Frioul, um nobre franco que casara com uma filha de Luís-o-Pio e que era o defensor da Itália contra os Mouros e os Eslavos, possuía uma cópia do *Epitoma* que lhe tinha sido oferecida pelo bispo Hartgar de Liège (m. 854). Para o período compreendido entre os finais do séc. IX e o séc. XII, estão documentados manuscritos de Vegécio na posse do bispo Dido de Laon (882-893), do mosteiro de Monte Cassino, do conde de Anjou (Godofredo Plantageneta, c.1150) e do mosteiro de Saint-Aubin de Angers (próximo da família condal angevina e que regista um exemplar no catálogo da sua biblioteca, datado de 1153).

Nos sécs. XIV e XV, os exemplos sugestivos multiplicam-se: o aumento da informação permite que o *Epitoma* surja referenciado na

posse de reis e rainhas (como Afonso V de Nápoles, Ricardo III de Inglaterra ou Isabel-a-Católica), de papas (o Ms. *Vaticanus Latinus* 4497 foi adquirido em Avinhão, em 1317, para o papa João XXII, sendo depois citado nos inventários de vários outros sumos pontífices) e de príncipes da Igreja (como o arcebispo de Milão, Francesco Pizzolpasso, ou o cardeal Bórgia, futuro Alexandre VI, 1431-1503). Mas também grandes senhores como Amadeu VI, conde de Sabóia, o duque João de Berry, os duques da Borgonha, o Marqués de Santillana (Íñigo López de Mendoza, um magnate ibérico que esteve na batalha de Olmedo, em 1445) ou diversos membros das famílias italianas Visconti, Médici e Malatesta estão recenseados como sendo possuidores de uma cópia do *Epitoma* nos finais da Idade Média (Richardot, 1998: 48 e 53). Segundo a averiguação de Allmand (1998:44), em Inglaterra, o primeiro rei de armas da Ordem da Jarreteira tinha uma cópia da tradução inglesa do *Epitoma*, o mesmo se passando com uma sucessão de reis de armas posteriores. Geoffrey Lester (1988:17) acrescenta mesmo que "provavelmente, todos os homens de guerra activos [em Inglaterra, no séc. XV], como Fastolf e Thomas, ou Lord Berkeley, teriam possuído uma cópia de Vegécio, e poucas bibliotecas aristocráticas do século XV não teriam nenhuma".

Por esta altura, com a substituição do pergaminho pelo papel, já a classe média partia também em busca de um manuscrito de Vegécio: sucedeu com Petrarca (que possuía um *Epitoma* em latim, copiado em Itália entre 1329 e 1359 e parcialmente completado por ele), com Coluccio Salutati, com Poggio Bracciolini, com Gaspar Volterranus, etc. Também doutores em Direito e notários públicos (como Ihoannes Silvestri di Luxa, de Veneza), ou médicos (como o humanista Flartmann Schedel, de Nuremberga) recopiavam, em meados-finais do séc. XV, o *Epitoma*; e Cristina de Pisano lera Vegécio e Frontino na 1.^a metade do séc. XV, a par de diversos autores gregos e latinos: "a média nobreza participava do entusiasmo por Vegécio, mas procurava nele uma informação política e militar. [...] Esta categoria de leitor buscava com frequência as traduções" (Richardot, 1998:49). No pôr-do-sol da Idade Média, todas as grandes bibliotecas francesas incluíam traduções do *Epitoma*, muitas vezes em suplemento de texto latino: a dos duques da Borgonha, a dos duques de Bourbon, a dos duques de Berry, a dos duques de Sabóia, etc. Segundo Richardot (*ibidem*: 50-51) "a tradução respondia frequentemente a um interesse prático por Vegécio: ele era traduzido para ser lido, e não para ornamentar uma biblioteca". Certamente por isso, homens de

guerra tão activos quanto o *condottieri* italiano Braccio di Fontebracci da Montone (1368-1424), entre outros líderes mercenários, possuíam também o seu exemplar do precioso tratado (*ibidem*: 53-54).

Uma última observação, a propósito dos efeitos da invenção da imprensa sobre a divulgação do *Epitoma*. A impressão do tratado de Vegécio foi bastante precoce, devendo ter ocorrido por volta de 1473 ou 1474, primeiro em Utrecht e logo depois (c.1475), em Colónia, em Paris e em Augsburg. Em 1487, surgiria em Roma a primeira impressão italiana. Segundo Reeve (2004: L-LI), todas as edições tardias anteriores às de Carl Lang (Teubner 1869 e 1885) derivam da edição de Roma. Só para o see. XV, Richardot (1998:38) contabilizou 11 a 14 edições ou reedições do tratado de Vegécio. A conclusão impõe-se por si: Vegécio foi o primeiro autor militar a ser traduzido e impresso!

IV.

Mas será que as cópias que apresentámos (latinas e vernáculas) seriam realmente objecto de uma leitura atenta? Allmand (1998:136) respondeu a esta questão de forma inequívoca: "Nem todos aqueles manuscritos permaneceram por ler e consultar, nas estantes das bibliotecas. A investigação revela que uma larga proporção deles, em especial os contendo o texto latino, apresentam marcas de terem sido lidos e as respectivas lições anotadas: margens com dedos apontando para uma determinada passagem, um *Nota bene* ou outro sinal distintivo, tudo isso reflecte uma apreciação cuidadosa, muitas vezes crítica, daquilo que Vegécio tinha escrito".

Os sinais de aproveitamento útil do *Epitoma* começam cedo e podemos tentar aqui segui-los mais de perto. Entre os sécs. V e VI, os ecos vêm do Império Romano do Oriente, e quase todos de Constantinopla (Reeve, 2004: XI): para além da assinatura de Flávio Eutrópio (em 450), das citações em Prisciano e em João-o-Lídio (no séc. VI), temos também a tradução das "Regras gerais da guerra" no *Strategikon* do imperador bizantino Maurício (fins do séc. VI ou inícios do séc. VII). Quanto ao manuscrito mais antigo de Vegécio (o *Vaticanus Reginensis* 2077, do séc. VII), constitui uma miscelânea que, entre outras coisas sem carácter militar, reúne páginas da obra *Verrinas*, de Cícero, e extractos do *Epitoma* alusivos a temas variados, tais como: o tempo bom para navegar; a estrutura da

legião; as alternativas "estrangeiras" à legião romana; etc. Esta miscelânea foi atribuída ao mosteiro de Vivarium (fundado na Calábria, por Cassiodoro). Foi por isso dito que Cassiodoro leu o *Epitoma*, mas não é seguro que tal tenha acontecido. Pensa-se também que S. Isidoro de Sevilha (c.560-636) tenha ido beber em Vegécio as definições de alguns termos militares, o que também não é certo, embora no *De natura rerum* haja, em alguns manuscritos, uma interpolação sobre a influência do sangue e do sol na aptidão dos guerreiros que provém do *Epitoma* (Livro I, cap. II). Já Beda-o-Venerável (672/3-735) sabemos que cita, em várias obras suas e sem nunca nomear o autor, diversos trechos do *Epitoma*, p. ex. sobre a construção de navios ou sobre as marés (Reeve, 2004: XII-XIV). Nesta altura, e como observou Richardot (1998:188), mais do que significado militar, o tratado de Vegécio tem sobretudo um interesse etimológico ou retórico, intimamente ligado à cultura clerical.

Durante o período carolíngio houve - como já referimos - um aumento do interesse pelo tratado de Vegécio. Alcuíno, numa carta que dirige a Carlos Magno (*Ep.* 257, de 802) cita, sem abonação, duas passagens do Prefácio do Livro I do *Epitoma* (Reeve, 2004: XIV). Bernard Bachrach, num belo artigo sobre a utilização do *Epitoma* pelos chefes militares da Alta Idade Média (1985: 241-242), salienta que quando Rábano Mauro produziu o seu resumo de Vegécio no *De procinctu Romanae militiae*, c. 855-856, o fez por incumbência de Lotário II e com o fito de preservar apenas as partes do tratado que fossem úteis nos tempos modernos. Aquela obra de Rábano Mauro associava um tratado sobre a alma a um tratado de educação militar, definindo aquilo a que Richardot (1998:77-78) chamou "uma cultura militar de urgência" para o jovem monarca carolíngio, motivada pelas invasões normandas. Pouco antes de Mauro, o bispo Fréculfe de Lisieux, no Prefácio de uma cópia (revista) do *Epitoma* que dirige a Carlos-o-Calvo, diz esperar que ela possa ser valiosa para o desenvolvimento das tácticas e estratégias militares contra os Vikings; este trabalho, que deve ter sido valorizado pelos responsáveis militares, terá passado depois para o rei Odo (dos Francos Ocidentais, m. 898).

A partir do séc. IX, alguns princípios de Vegécio começaram a tornar-se verdadeiras máximas de comportamento militar. Vegécio fornecia ao clero a base de que este necessitava para poder falar da guerra e alimentava a leitura dos antigos que os nobres gostavam de fazer. O *Epitoma* tornava-se, à medida que penetramos na feudalidade, numa "espécie de canal por onde o ensinamento moral, religioso e cívico dos clérigos podia

passar para a casta cavaleiresca" (Richardot, 1998: 188). Os princípios vegecianos de apologia do esforço, da austeridade e da disciplina eram bem aproveitados pela Igreja, que os compilava em recolhas de *exempla* e nos sermões para nobres. Vegécio, autor cristão, começava a ser utilizado para propósitos de moralização dos guerreiros, na cruzada que conduziria à proclamação dos princípios da Paz de Deus e das Tréguas de Deus (*ibidem*: 13).

Chegados ao início da Baixa Idade Média, a circulação da obra ganhou uma nova projecção. A partir dos sécs. XI-XII, Vegécio tornou-se parte integrante da cultura militar e política das cortes do Ocidente e da casta nobre. Como observou Richardot, também nesta altura os clérigos tiveram um papel essencial na difusão do *Epitoma*: eles não apenas *oferciam* a obra aos governantes como os *incitavam a lê-la*, pois os príncipes tinham a obrigação de conhecer a arte militar, de serem - como diria Salimbene de Parma, c.1260 - "*docti ad proelium*" (*ibidem*: 73). A tática e a estratégia exigiam, afinal, muita cultura e reflexão.

Neste contexto, a obra beneficiou do arranque da tradição dos "espelhos de príncipes", onde se tentava mostrar como é que os governantes podiam ter exércitos e líderes capazes (*ibidem*: 78-81). O caminho foi facilitado por João de Salisbúria, bispo de Chartres, no seu *Policraticus*, o primeiro grande tratado político da Idade Média. Esta obra, composta em 1159 e dirigida a Thomas Beckett, arcebispo da Cantuária, constitui a mais célebre compilação do *Epitoma* ao longo da Baixa Idade Média, enraizando a popularidade do tratadista latino (largamente citado) e estabelecendo um "cânone das referências a Vegécio" (*ibidem*: 78-79). Logo a seguir, os "espelhos de príncipes" propriamente ditos explorariam esse caminho. O cisterciense Hélinand (c.1160-1230) deu o exemplo com uma referência a Vegécio no seu *De Regimine Principum siue (bono) Regimine Principum*. A seguir, Vincent de Beauvais, um dominicano, prepararia para Margarida da Provença, a esposa de S. Luís, por volta de 1250-1252, um tratado de educação dos filhos de reis ou de nobres: chamou-se *De Eruditione Filiorum Regalium* e visava dar aos leitores um verniz de cultura clássica com fins moralistas, à custa de muitas citações, entre as quais uma de Vegécio. Escassos anos volvidos, a obra *Eruditio Regum et Principum* (c.1259), dedicada a S. Luís pelo franciscano Guibert de Tournai, citava também, por uma vez, o *Epitoma rei militaris*, convidando à sua leitura. O hábito de lembrar Vegécio nos "espelhos de príncipes" enraizava-se e não é por isso de estranhar que S. Tomás de Aquino,

quando compôs o *De Regno ad Regem Cypru* para Hugo II de Lusignan, o jovem rei de Chipre (1253-1267), se tenha lembrado de recordar as palavras de Vegécio acerca da fundação de novas cidades e da influência do clima sobre a combatividade dos homens. Mas a consagração de Vegécio chegaria com o mais célebre de todos os "espelhos", o *De Regimine Principum* de Gil de Roma (ou Egídio Colonna), composto em 1277-1279 para o futuro Filipe-o-Belo de França, de quem Gil de Roma era preceptor. A terceira Parte do terceiro Livro é inteiramente dedicada à arte da guerra e constitui uma verdadeira paráfrase do *Epitoma*, que resume e simplifica mas a quem nada de inovador acrescenta, provando que Vegécio era uma *auctoritas* a nível militar. Traduzido em francês a partir de 1282, e depois em italiano, em castelhano, em catalão, em inglês, em alemão e até em hebraico, o *De Regimine Principum* de Gil de Roma teria uma enorme repercussão na popularidade de Vegécio durante os séculos terminais da Idade Média (Richardot, 1998: 81-82). Já na viragem para o séc. XV, Cristina de Pisano (1364-1430), escritora de origem italiana que fez carreira em França (Monteiro, 1998: 202-203), comporia (c.1408-1409) um *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* onde se faz largo uso de Vegécio, em especial na sua primeira Parte, em que Cristina pretende explicar como é que os cavaleiros e os príncipes se devem comportar nos feitos de guerra e nas batalhas e como é que os combatentes devem ser escolhidos, usando para o efeito os Livros I e III do *Epitoma* (Wisman, 1979: 28-31). É seguro que o sucesso das obras de Cristina de Pisano junto da nobreza rica de França e da Borgonha (alguns dos seus trabalhos foram dedicados ao duque de Berry e ao duque da Borgonha) constituiu um poderoso factor de divulgação do tratado de Vegécio no crepúsculo da Idade Média.

A par dos "espelhos de príncipes", também a tradição dos *Specula*, iniciada em meados do séc. XIII, contribuiu para a consolidação do *Epitoma rei militaris* na cultura do Ocidente. Trata-se aqui de verdadeiras enciclopédias medievais, de uma nova maneira (erudita e escolástica) de ensinar Vegécio, através de longos excertos do seu principal tratado nas entradas dedicadas à arte da guerra. O melhor exemplo desta tradição é o *Speculum maius* de Vincent de Beuvais, urna "suma compilatoria" em que se resume quase integralmente o *Epitoma*, com a preocupação de explicitar os termos latinos de entendimento mais difícil. O exemplo seria seguido na *Ethica* de Philippe Elephant (o *Anglicus*: Toulouse, c.1355-56), onde quatro capítulos são "um condensado fragmentário de Vegécio",

nomeadamente das ideias sobre treino, tática e estratégia militares expressas nos Livros III e IV do *Epitoma* (Richardot, 1998: 85).

Não pode, pois, haver dúvidas sobre a amplíssima difusão dos preceitos práticos de Vegécio nos meios cultos ocidentais nos sécs. XIII e XIV. Isso era, em grande medida, obra dos clérigos, que facilitavam a leitura do *Epitoma* resumindo-o ou integrando-o em tratados de educação política ou em enciclopédias. Mas, agora, os clérigos já não estavam sós na divulgação do *Epitoma*: junto dos cavaleiros, eles são completados pelos poetas, como Philippe de Vitry (c.1290-1361) ou Philippe de Mézières (1327-1407), que, no seu *Songe du Viel Pelerin*, escrito c.1386-1389, recomenda a leitura de Vegécio a todos os homens de guerra (*ibidem*: 75). É que Vegécio, para além do seu interesse bélico, ajudava também a redefinir o conceito de "cavalaria", que pressupunha, como explica Allmand (1998: 38-39), "um sentido de responsabilidade da sociedade no seu todo, exercido por aqueles seleccionados pelo imperador em função da sua notória virtude militar, não do seu nascimento, para se prepararem a si próprios e se manterem a si mesmo prontos para actuar *pro republicae salute*". No fundo, o *Epitoma* propunha aos cavaleiros um "contra-modelo da função militar", colocando o serviço do Estado em alternativa à anarquia belicosa característica da feudalidade (Richardot, 1998:188).

Por isso, os autores que cultivaram uma abordagem jurídica da cavalaria são também devedores de Vegécio. Afonso X, o *Sábio*, rei de Leão e Castela (1252-1284), decreta nas suas *Siete Partidas* os preceitos de Vegécio como regras da cavalaria. Em 1306, um tratado anónimo intitulado *Cérémonies des gages de bataille selon les constitutions du bon roi Philippe* [o Belo] aborda a arte militar (e também os duelos e os torneios) citando diversas vezes Vegécio. Cerca de 1360, o *De Bello, de Represaliis et de Duello* de João de Legnano (canonista e vigário pontifical em Bolonha), a mais célebre obra jurídico-cavaleiresca medieval, encara a organização de um exército com base no modelo romano descrito por Vegécio. Entre 1386 e 1390, Honoré Bouvet, um dominicano apreciado na Península Ibérica, escreve (em língua vulgar) um tratado de direito militar intitulado *LArbre des Batailles*, muito devedor de Legnano e que Cristina de Pisano completaria mais tarde, na obra a que já fizemos referência (Richardot,1998: 89-91).

Entretanto, o facto de Vegécio ser um autor cristão continuava a favorecer a sua popularidade e a sua presença na cultura religiosa

medieval, onde era usado para fins de moralização, em sermões, em recolhas de *exempla* e até em obras teológicas, como provam as citações do *Epitoma* incluídas por S. Tomás de Aquino na sua *Summa Theologiae*, ou a presença de Vegécio na *Summa Collationum* de João de Gales (m. C.1303) e em diversas obras espirituais do séc. XIV, incluindo na célebre *Summa Praedicatorum*, de John Bromyard, um dominicano inglês que, em 1348, compôs uma recolha de 1.200 *exempla* que constituiria, durante dois séculos, a principal fonte de inspiração dos pregadores medievais. Como bem resume Philippe Richardot (1998:188), Vegécio era então "matéria de sermões" e o *Epitoma* servia, na prática, para "recordar aos nobres e às gentes de guerra os seus deveres militares, em função de uma Antiguidade ideal, sonhada ... pelo próprio Vegécio".

Embora só pareça estar documentada uma situação de leitura de Vegécio em plena campanha militar - dizendo respeito a Godofredo Plantageneta, conde de Anjou, durante o cerco da fortaleza de Montreuil-Bellay, no vale do Loire, entre 1147 e 1151 (Bachrach, 1985: 242-243; e Contamine, 1986: 355), é seguro que Vegécio "pertencia à cultura de comando dos príncipes e dos capitães ocidentais", sendo mesmo referido, por vezes, quer nos textos quer em iluminuras de manuscritos, como "filósofo" (Richardot, 1998:185). Mas a Idade Média não o utilizava de forma sempre literal, antes adaptava alguns dos seus preceitos à época da cavalaria. Afinal, o exército legionário que Vegécio pretendia ressuscitar assentava na infantaria pesada. Isso exigia conversões que pudessem tornar a leitura do *Epitoma* útil aos leitores medievais. Também neste aspecto os autores dos séculos XII, XIII e XIV se mostraram eficientes, como bem demonstra a segunda das *Siete Partidas* de Afonso X, onde os segredos da arte da guerra e as actividades da "cavalaria" são examinadas de forma sugestiva para o público coevo, mas com ecos e ressonâncias muito fortes do *Epitoma rei militaris* (Russell, 1997:54-55). Como afirmou Josette Wisman (1979: 31), os tradutores do *Epitoma* e os autores dos melhores tratados políticos, enciclopédicos e militares "modernizaram" a obra de Vegécio, para melhor a adaptar a finalidades práticas, o que aliás era inevitável: "geralmente bem organizada, ela era um resumo de todos os tratados militares escritos antes do século V e os escritores medievais enriqueceram-no e perpetuaram-no através da sua análise dos ensinamentos de Vegécio" (Wisman, 1979: 31). No *Epitoma*, havia muitos aspectos que apelavam ao gosto medieval: os prólogos e epílogos efusivos; o senso comum prático de muito material; as úteis

explicações sobre manobras de campo; ou os preceitos militares que, debaixo do título "Regulae bellorum generales", rematam o Livro III sob a forma de máximas incisivas extremamente apeladoras. Tudo isso fazia com que, na Idade Média, quase mil anos volvidos sobre a composição do *Epitoma*, Vegécio fosse lido como "algo mais do que uma curiosidade de antiquário" (Lester, 1988:12-13).

Alcançado o extremo final da Idade Média, Vegécio não só era uma autoridade estabelecida da cultura medieval como se tinha convertido num dos pilares da arte militar, continuando a ser lido, em especial pelos homens de guerra e a par de muitos outros autores (como Tito Livio, César, Valério Máximo, Frontino ou Honoré Bouvet), das crónicas de guerras e dos livros de heráldica e de torneios. O seu interesse, como observou Richardot (1998:77) parafraseando as próprias palavras do tratadista (Livro I, Prólogo), consistia em "teorizar e revelar aquilo que estava disperso e escondido entre os historiadores e os especialistas militares". Por isso, um homem como Jean de Bueil (c.1404-1477), protagonista de uma carreira militar que o guindou a almirante da França, não podia permitir-se ignorá-lo ao compor (entre 1461 e 1468) a história semi-biográfica do *Jouvencel*, onde a aprendizagem do ofício das armas, a arte militar e a função cavaleiresca ocupam um lugar de destaque (*ibidem*: 87). Curiosamente, o tratado de Vegécio como que acabou por "encaixar" na própria tradição do romance de cavalaria: segundo Richardot (*ibidem*: 91-92), o livro *Le Morte Darthur*, de Sir Thomas Mallory (m.1471), escrito na prisão, articula o romance de cavalaria de inspiração arturiana com a obra de Vegécio, configurando como que um tratado militar escondido devedor do autor romano em muitos ensinamentos. Por algum motivo o *Le Morte Darthur* seria impresso por William Caxton, em Inglaterra, logo a partir de 1485.

Ao mesmo tempo, os preços convidativos dos manuscritos e a invenção da imprensa consolidaram a divulgação e a influência do *Epitoma* no mundo ocidental: em 1489, em Inglaterra, o próprio Henrique VI encomendava a William Caxton a tradução do *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* de Cristina de Pisano, "afin que tout gentilhomme né pour les armes et que toute sorte d'hommes de guerre, capitaines, soldats, victuaillers et tous les autres puissent avoir connaissance de comment se comporter dans les fais de guerre et de bataille" (*ibidem*: 56). Como observou Allmand (1998:45), "usando diversos meios de acesso ao seu pensamento, as pessoas estavam ansiosas por citar Vegécio como a principal autoridade em matéria de pensamento militar na Inglaterra do século XV".

Um dos aspectos que mais justifica a recordação dos preceitos de Vegécio no fecho da Idade Média tem que ver com a intenção de convencer os espíritos acerca dos malefícios do mercenariado. Nesta matéria, o tratadista latino fez, como vimos de início, reconhecidos esforços para dissuadir o imperador a prescindir dos serviços dos auxiliares godos. Afinal, a História viera dar razão a Vegécio: o Império Romano acabara por ser desmantelado pelos mercenários bárbaros e a própria Idade Média conheceu esse flagelo em mais do que uma ocasião. Em 1477, o fim trágico de Carlos-o-Temerário em Nancy, abandonado pelo conde de Campo Basso, adquiria um valor simbólico, surgindo como um sinal da infidelidade mercenária. Razão tinha o autor do *Rosier des guerres* quando, em 1481, escreveu, de forma bem vegeciana: "Plus profitable chose est apprendre les siens a usage des armes, que louer des estrangers pour soy servir en guerre" (citado por Richardot, 1998:138). Os próprios humanistas de Itália, paraíso da *condotta*, tinham consciência do perigo e do bem fundado dos avisos de Vegécio: no seu tratado *De Militia*, composto c.1421-1422, Leonardo Bruni critica a escassa fiabilidade dos mercenários e os preços exorbitantes dos seus serviços e afirma que eles contribuem para o declínio do espírito militar dos Florentinos (*ibidem*: 136-137). O Humanismo, de uma forma geral, ajudou à afirmação do princípio vegeciano de todos deverem participar na defesa da Pátria e da Coroa. Em Bruni, em *Salutati*, em Palmieri encontramos a apologia da generalização dos exercícios guerreiros a todas as categorias sociais e do retorno a um exército de cidadãos, baseado no treino militar da juventude. A ideia de que o valor militar resultava do exercício, não do nascimento, e a tese da generalização dos deveres militares tomando como modelo a cidade antiga eram indissociáveis dos princípios básicos expressos, em finais do séc. IV, por Flávio Vegécio Renato.

No séc. XV, engenheiros militares como Valturio, Kyser ou Tacóla continuavam a desenhar máquinas de arremesso clássicas. Em Neuss (em 1474-75), por sugestão de um cavaleiro castelhano, Carlos-o-Temerário recorreu à utilização de um toleno que evoca o sugerido por Vegécio no *Epitoma* (Livro IV, cap. XXI)⁽¹⁰⁾. Apesar da revolução técnica das armas de fogo condenar progressivamente Vegécio, ele não deixa de ser ainda

^mVide Richardot (1998: 176-177). Allmand (2001, *passim*) dedicou um interessante artigo a demonstrar a influência de Vegécio nas ordenações militares da Borgonha do duque Carlos-o-Temerário (1468 a 1476).

utilizado por Philippe de Clèves, conde de La Marche e chefe da artilharia da Flandres em 1489 (*ibidem*: 92-93).

Entretanto, a leitura de Vegécio não se circunscreveu à Antiguidade Tardia e à Idade Média. Como observou Milner (1996: XIV), Nicolau Maquiavel, em *L'Arte della guerra* (Florença, 1521), fez "uma tentativa enérgica para aumentar, modernizar, ilustrar e complementar Vegécio à luz de todos os testemunhos da guerra clássica disponíveis para ele". No entanto, é evidente que nada seria como dantes. Depois da expansão das armas de fogo e do pique, o *Epitoma* continuava a ser citado mas, como disse Richardot (1998: 187), não era mais o "como diz Vegécio" da Idade Média: o *Epitoma rei militaris* começava a surgir associado a outras obras e autores, já não era a *única* autoridade, sofria a sorte dos compiladores. Em 1500, a sua leitura não tinha mais o carácter de "actualidade" que assumira décadas antes. Bachrach (1985: 240, n. 4) lembra que F. L. Taylor (em 1921) e M. E. Mallett (em 1974) estudaram a influência de Vegécio durante todo o Renascimento e concluíram que o *Epitoma* começava a suscitar um interesse sobretudo académico: a aprendizagem da guerra era, agora, eminentemente prática.

Ainda assim, o *Epitoma* continuou a ser editado após 1500: p.ex., em Colónia (em 1580), em Antuérpia (em 1585), em Leiden (em 1633) e em Nuremberga (em 1767) surgiram novas edições, derivadas da de Roma-1487 (Reeve, 2004: L-LI). Quanto às edições contemporâneas, foram marcadas pelas duas versões de Carl Lang publicadas pela Teubner em 1869 e em 1885. Depois delas, merecem destaque, segundo Reeve (*ibidem*: LII-LIV), as edições de L. F. Stelten (Nova Iorque, 1880) e de Alf Önnersfors (Teubner, 1995).

Isto significa que, embora irremediavelmente desactualizado a partir de 1500, nos seus detalhes técnicos e no próprio modelo global de exército que propunha, o tratado de Vegécio nunca deixou de ser lido ao longo das Épocas Moderna e Contemporânea. A explicação para esta longevidade resulta, em boa parte, do facto de Vegécio "ter posto em evidência a necessidade de uma defesa organizada e 'profissional' da sociedade política", tal como, inspirando-se em Allmand, observou Claude Gaier (1996: 649). Daí, p.ex., que Lester (1988: 12, n. 12) tenha detectado que, em 1944, a American Military Service Publishing publicou uma tradução do *Epitoma* sob a forma de livro-de-bolso! O mesmo autor contabilizaria, só para a Alemanha dos sécs. XIX e XX, perto de 40 edições do tratado de Vegécio.

Tinha razão Allmand (1998:45) quando escreveu que "Vegécio dispôs da oportunidade para expor não apenas o seu velho e eterno conselho, mas também as suas ideias mais filosóficas acerca da guerra, as quais tinham sido a fonte da sua reputação durante séculos e que assegurariam ainda a sua sobrevivência até pelo menos ao século XVII, ou mais". De resto, como recorda Richardot (1998:133), ainda hoje alguns dos preceitos vegecianos em matéria de estratégia e de política de defesa permanecem actuais. Por exemplo, o famoso aforismo "qui desiderat pacem praeparet bellum"⁽¹¹⁾; ou a ideia de que ninguém ousa atacar uma potência que reconhece ser-lhe superior (Livro III, Prólogo); ou a recomendação de que a batalha só deve ser encarada em caso de extrema necessidade, ou em condições especialmente favoráveis (Livro III, caps. IX, XI e XXVI); ou ainda a crença de que a obtenção da vitória pressupõe um treino diligente e um combate com regras, e não travado ao acaso (Livro III, Prólogo).

Foi, em síntese, grande a fortuna de Vegécio ao longo dos séculos, com o pico da sua audiência a centrar-se na França e na Inglaterra dos sécs. XII a XV. Ele era lido pelos seus ensinamentos, tanto quanto pelo seu valor histórico. Como lembra Richardot (1998:185), a guerra era a terceira matéria de estudo da cultura medieval, logo depois da religião e da retórica. Ora, Vegécio alimentava mais essa *sagesse* do que os historiadores clássicos, como Lívio, ou as biografias dos generais: o *Epitoma* condensava toda a ciência militar romana; e, para mais, fora produzido numa época que anunciava já a Alta Idade Média ocidental, repleta de alterações a nível militar. Isso também ajuda a explicar que nenhum outro escritor militar tenha tido "uma influência tão profunda e tão duradoura como a exercida por Vegécio sobre a Idade Média ocidental" (*ibidem*: 188). Talvez - como observa Peter Russell (1997:53) - o facto de a Idade Média nunca ter produzido a sua própria arte da guerra tenha também que ver com o facto de "os Europeus da Idade Média não vislumbrarem nenhuma razão para abandonar Vegécio"...

⁽¹¹⁾ "Quem desejar a paz, que prepare a guerra" (*Epitoma rei militaris*, Livro III, Prólogo; e Livro IV, cap. XXVI). Como afirmou Milner (1996:63, n. 3), trata-se da "mais precoce expressão em Latim do célebre paradoxo clássico *si vis pacem, para bellum*".

V.

Nos sécs. III e IV d.C. o Império Romano tinha conhecido já diversas reformas militares, devidas sobretudo aos imperadores Septímio Severo (193-211), Galieno (260-268), Diocleciano (284-305) e Constantino I (312/24-327).

O primeiro entregou o comando de três novas legiões (ditas "Párticas") a prefeitos equestres, reformou a anona militar (um sistema de alimentação do exército), valorizou a presença de *campidoctores* na Guarda Pretoriana, recorreu de forma crescente ao emprego de destacamentos (*uexillationes*) comandados por *duces* ou *praepositi* nomeados pelo poder central, apostou na criação de um corpo de arqueiros (*osdroenos*) e, de uma forma geral, acarinhou fortemente os soldados para tornar a carreira no exército mais atractiva para os jovens (p.ex., aumentando os salários dos militares, autorizando-os a viver com as suas mulheres fora dos acampamentos ou renovando os colégios militares fundados por Augusto).

Meio-século depois, Galieno aumentou o número de cavaleiros em cada legião de 120 para 726 (reforçando assim a eficácia das reservas estacionadas atrás das fronteiras), criou uma nova guarda do corpo (os *protectores*), suprimiu os cargos de comando reservados aos senadores (com o prefeito do acampamento a assumir a cabeça da legião, em detrimento dos tradicionais legado da legião e tribuno *laticlavius*), assegurou um enquadramento uniforme para todas as legiões e substituiu os governadores de província por *praesides* de nível equestre (reforçando o profissionalismo do corpo dos oficiais), para além de ter criado novas unidades montadas ou aumentado as já existentes (recordem-se as de cavaleiros dálmatas e mouros).

Quanto a Diocleciano, autor de uma grande reforma política (a Diarquia e, depois, a Tetrarquia imperial: dois *Césares* e dois *Augustos* dividindo entre si o Império), modificou a regras do recrutamento militar (tornando-o menos exigente e dotando-o de um pressuposto fiscal), aumentou o número de legiões reduzindo drasticamente os seus efectivos e aproximando-as da fronteira (de modo a conseguir dispor de pelo menos duas legiões em cada província fronteiriça), elevou os efectivos militares (para que cada tetrarca pudesse dispor da sua própria guarda) e reorganizou a marinha (profundamente afectada pela crise do séc. III), além de ter criado oficinas estatais para o fabrico de armas, de ter reformado a marinha e de ter apostado na construção de acampamentos.

Por fim, a Constantino I o Baixo Império ficara a dever uma importante reforma da Guarda Imperial (com as *scholae palatinae* a substituírem as coortes pretorianas e os célebres *equites singulares Augusti*), uma reorganização profunda do alto comando (com a criação de uma estrutura tripartida em que cada uma das três grandes regiões - Gálias, Ilíria e Oriente - foi entregue a dois mestres das milícias) e a continuação do processo de reforma da marinha, sem esquecer a implementação de novos dispositivos táticos (p.ex., na batalha de Turim, em 312) e uma incorporação cada vez maior de soldados bárbaros (sobretudo Germanos e Francos) no exército romano.

Muitas alterações conjunturais tinham, portanto, sido introduzidas por estes quatro imperadores, e outras de menor monta poderíamos acrescentar se nos pudéssemos demorar mais neste tema e recordar a "miniaturização" das unidades militares prosseguida pelos irmãos Valentiniano I (364-375) e Valente (364-378)⁽¹²⁾. E, no entanto, nada disso evitara a perda de eficiência do exército romano, tanto a Ocidente como a Oriente. É certo que os inimigos eram cada vez mais, empurrando-se mutuamente e pressionando de forma cada vez mais insistente o *limes* imperial. E também é verdade que eles se tinham valorizado do ponto de vista militar, quer adquirindo novas capacidades e equipamentos, quer conhecendo melhor os hábitos marciais dos Romanos. Mas, em grande medida, a questão era de natureza interna: perda de autoridade política, escassez de financiamento do exército, défice de organização a vários níveis.

Vegécio achava que era urgente reparar estas insuficiências. E pensava que era possível fazê-lo apelando à melhor tradição militar romana. Essa, pelo menos, tinha sido testada em múltiplas ocasiões, ao longo de séculos, e revelara-se eficaz. Por que não recuperá-la nas novas e extremamente difíceis condições criadas após a morte de Valente em Adrianopla? A causa era boa, valia a pena o esforço de compilação de um pequeno tratado militar destinado a persuadir um novo imperador a encetar uma reforma de fundo e decisiva. Vegécio deu a sua contribuição. Apelou à *tradição* e, ao fazê-lo, tornou-se "o mais popular de todos os escritores militares antigos" (Cockle, 1957), ou "o expoente principal

⁽¹²⁾ Sobre estas matérias, *vide* Luttwak, 1979; Elton, 1996; Le Bohec, 2006; e Goldsworthy, 2007.

das tradições militares romanas do Ocidente" (Brand, 1968), ou ainda "o auctor, a auctoritas por excelencia no domínio da guerra" (Contamine, 1986). Quanto ao seu tratado, o *Epitoma rei militaris* (ou *De re militari*), já se lhe chamou "o tratado mais influente no mundo ocidental, desde a época romana até ao século XIX" (Phillips, 1944) ou "a Bíblia da arte da guerra ao longo da Idade Média" (W. Goffart, 1989)⁽¹³⁾. É chegada a hora de o conhecermos um pouco melhor em Portugal.

Bibliografia citada

Edições de Fontes:

- LANG, Cari, *Vegetii Epitoma Rei Militaris*, 2.^a ed., Leipzig, Teubner, 1885.
- MILNER, N. R, *Vegetius: Epitome of Military Science*. Translated with Notes and Introduction by N. R Milner. 2.^a ed., revista, Liverpool University Press ("Translated Texts for Historians", voi. 16), 1996.
- MONTEIRO, João Gouveia / BRAGA, José Eduardo, *Vegécio, Compêndio da arte militar*. Edição bilingue. Tradução de J. G. Monteiro e J. E. Braga. Estudo Introdutório, Comentários e Notas de J. G. Monteiro. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009 (no prelo).
- REEVE, M. D., *Vegetius, Epitoma Rei Militaris. Recognovit, Breviqua Adnotatione Critica Instroxit M. D. Reeve*, Oxford University Press, Clarendon Press, 2004.

Estudos:

- ALLMAND, Christopher, "The Fifteenth-Century English Versions of Vegetius' *De Re Militari*", in Matthew Strickland (ed.), *Armies, Chivalry and Warfare in Medieval Britain and France*, Stamford, Paul Watkins, 1998, pp. 30-45.
- ALLMAND, Christopher, "Did the *De Re Militari* of Vegetius influence the Military Ordinances of Charles the Bold?", *Publication du Centre Européen d'Études Bourguignonnes (XIV-XVP s.)*, n.º 41, 2001, pp. 135-143.
- BACHRACH, Bernard S., "The Practical Use of Vegetius' *De Re Militari* during the Early Middle Ages", *The Historian*, vol. XLVII, 1985, pp. 239-255; reprinted in *Warfare and Military Organization in Pre-Crusade Europe*, Ashgate, Variorum, 2002 (I).
- CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Age*, 2.^a ed., Paris, P.U.F., 1986.

⁽¹³⁾Todos citados por Lester (1988:12).

- ELTON, Hugh, *Warfare in Roman Europe AD 350-425*, Oxford, Clarendon Press, 1996.
- GAIER, Claude, "Dire et faire la guerre au Moyen Âge", *Le Moyen Age. Revue d'Histoire et de Philologie*, n.º 3-4, Tome CXII, 2006, pp. 643-655.
- GOFFART, Walter, "The date and purpose of Vegetius' 'De re militari'", *Traditio*, vol. 33, 1977, pp. 65-100 = *idem, Rome's Fall and After*, Londres, 1989, pp. 45-80.
- GOLDSWORTHY, Adrian, *Generais Romanos. Os homens que construíram o Império Romano*. Trad. port. (de Carlos Fabião), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- LE BOHEC, Yann, *L'Armée Romaine sous le Bas-Empire*, Paris, Éditions A. et J. Picard, 2006.
- LESTER, Geoffrey, *The Earliest English Translation of Vegetius' De Re Militari*. Edited from Oxford MS Bodl. Douce 291. Heidelberg, 1988.
- LUTTWAK, Edward N., *The Grand Strategy of the Roman Empire. From the First Century A.D. to the Third*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1979.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998.
- NASCIMENTO, Aires A., "As Livrarias dos Príncipes de Avis", *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro, 1993, pp. 265-287.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, "Helenismos no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*", *Biblos*, vol. LVII, 1981, pp. 313-355.
- REEVE, Michael D., "The Transmission of Vegetius's *Epitome rei militaris*", *Aevum*, n.º 74, 2000, pp. 243-354.
- RICHARDOT, Philippe, *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Âge (V^e-XV siècles)*, Paris, Ed. Économica, 1998.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Julio, *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C.-476 d.C.)*, Madrid, Signifer Libros, 2005.
- RUSSELL, P. E., "The Medieval Castilian Translation of Vegetius, *Epitoma de rei militaris*: An Introduction", in *Spain and its Literature. Essays in Memory of E. Allison Peers. Part I: From the Middle Ages to the Siglo de Oro*, ed. Anne L. Mackenzie, Liverpool University Press & MHRA, 1997, pp. 49-63.
- RUSSELL, Peter, "Terá havido uma tradução medieval portuguesa do *Epitome rei militaris* de Vegécio?", *EVPHROSYNE*, Revista de Filologia Clássica, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, Nova Série, vol. XXIX, Lisboa, 2001, pp. 247-256.
- SCHRADER, C. R., "A Handlist of Extant Manuscripts containing the *De Re Militari* of Flavius Vegetius Renatus", *Scriptorium*, n.º 33, 1979, pp. 280-305.
- WISMAN, Josette A., "L'*Epitoma Rei militaris* et sa fortune au Moyen Age", *Le Moyen Age*, Tome LXXXV, n.º 1, 1979, pp. 13-31.